

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i38.5989>

**“UM MANIFESTO À MULHER BRASILEIRA”: GRUPO FEMININO DE ESTUDOS
SOCIAIS E ATUAÇÃO DAS MULHERES NA IMPRENSA**

“A MANIFEST FOR BRAZILIAN WOMEN”: FEMININE GROUP OF SOCIAL STUDIES
AND WOMEN’S PARTICIPATION IN THE PRESS

"UN MANIFIESTO A LA MUJER BRASILEÑA": GRUPO FEMENINO DE ESTUDIOS
SOCIALES Y ACTUACIÓN DE LAS MUJERES EN LA PRENSA

Marcelo Gomes da Silva

Universidade Estadual de Santa Cruz - Brasil

Claudia Alves

Universidade Federal Fluminense - Brasil

Resumo: Analisar a atuação de professoras na imprensa carioca no contexto da Primeira República é o objetivo deste trabalho. Para tanto se fez necessário o entendimento das condições e normas a que as mulheres estavam sujeitas naquele período. A partir da elucidação do papel delegado às mesmas, foi possível perceber que a profissão docente tornou-se um espaço importante de ocupação feminina. Neste sentido, elegeu-se como eixo norteador do estudo o “Manifesto à Mulher Brasileira”, publicado no jornal *Voz do Povo*, em 1920, pelo Grupo Feminino de Estudos Sociais, com a presença de professoras em sua composição. Entre os conteúdos trazidos no manifesto destacavam-se as discussões sobre a “emancipação feminina”, visando libertar as mulheres das “diversas formas de escravidão” a que estavam submetidas. A fim de problematizar o debate travado, ainda, buscou-se analisar a visibilidade dada aos discursos de professoras nos jornais *Correio da Manhã* e *A Razão*. A pesquisa permitiu observar aspectos relevantes da experiência de mulheres tomadas como sujeitos da história daquele momento histórico.

Palavras-Chave: Emancipação feminina. Imprensa. Profissão docente.

Abstract: The objective of this work is to analyze the performance of teachers in the Rio press in the context of the First Republic. For that, it was necessary to understand the conditions and norms in which the women were subject in that period. From the elucidation of the role attributed to women, it was possible to perceive that the teaching profession has become an important space of female occupation. In this sense, the “Manifest to the Brazilian Woman”, published in the newspaper *Voz do Povo* in 1920 by the Women’s Social Studies Group, was selected as the guiding principle of the study, with the presence of female teachers in its composition. Among the contents included in the manifest were the discussions on “women’s emancipation”, aimed at freeing women from the “various

forms of bondage" to which they were subjected. In order to problematize the debate held, we also sought to analyze the visibility given to the discourses of teachers in the newspapers *Correio da Manhã* and *A Razão*. The research allowed to observe relevant aspects of the experience of women taken as subjects of the history of that historical moment.

Keywords: Women's Emancipation. Press. Teaching profession.

Resumen: Analizar la actuación de profesoras en la prensa carioca en el contexto de la Primera República es el objetivo de este trabajo. Para ello se hizo necesario el entendimiento de las condiciones y normas a que las mujeres estaban sujetas en aquel período. A partir de la elucidación de la función atribuida a las mismas, fue posible percibir que la profesión docente se ha convertido en un espacio importante de ocupación femenina. En este sentido, se eligió como eje orientador del estudio el "Manifiesto a la Mujer Brasileña", publicado en el diario *Voz do Povo*, en 1920, por el Grupo Femenino de Estudios Sociales, con la presencia de profesoras en su composición. Entre los contenidos presentados en el manifiesto se destacaban las discusiones sobre la "emancipación femenina", con el fin de liberar a las mujeres de las "diversas formas de esclavitud" a las que estaban sometidas. Con el interés de problematizar el debate trabado, aún, se buscó analizar la visibilidad dada a los discursos de profesoras en los periódicos *Correio da Manhã* y *A Razão*. La investigación permitió observar aspectos relevantes de la experiencia de mujeres tomadas como sujetos de la historia de aquel momento histórico.

Palabras clave: Emancipación femenina. Prensa. Profesión docente.

Introdução

[...] toda história, seja qual for finalmente seu modo de expressão, pressupõe, remete a, traduz, trai, enaltece ou contradiz uma ou mais experiências do tempo. Com o regime de historicidade, tocamos, dessa forma, em uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não (HARTOG, 2014, p. 39).

Setenta e sete dias de greve! Assembleias, encontros e manifestações que reuniram milhares de docentes. Entre as reivindicações, constava a reformulação do Plano de Cargos e Salários, melhores condições de trabalho e o direito ao horário de planejamento das aulas incorporado ao tempo de trabalho na escola. Como resultado da paralisação, uma conquista importante: a equiparação do salário dos professores e professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, com graduação em pedagogia, junto aos licenciados com outras formações que atuavam nos anos finais desse mesmo segmento. A greve, realizada pelos profissionais de educação da prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2013, destacou a realidade de desigualdade salarial que envolve resquícios históricos relacionados à questão de gênero, pois

a maioria absoluta das pessoas que atuam, ainda hoje, no segmento referente aos anos iniciais na rede de ensino é composta por mulheres.

Este exemplo não é uma mera ilustração, afinal, a reflexão histórica se dá a partir da relação passado/presente, ou seja, são as “experiências do tempo” que contribuem para dar inteligibilidade ao processo histórico. Como destaca François Hartog (2014) essa relação atua como um “regime de historicidade”, que permite ao historiador um questionamento sobre nossas relações com o tempo, “instaurando um vaivém entre o presente, o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço” (HARTOG, 2014, p. 37). Naquele ano de 2013, o dia do professor comemorado em outubro reuniu na Avenida Rio Branco, no centro da cidade, cerca de cem mil pessoas; professores, professoras e outras pessoas simpatizantes pela causa da educação, movidos pela ação inicial da organização docente, que fez desencadear todo o movimento. Ainda em diálogo com as sugestões de Hartog (2014), não elencamos este acontecimento apenas para “justapor datas, amontoá-las, constituir séries improváveis à primeira vista e extrair delas efeitos sem sentido” (HARTOG, 2014, p. 121).

A greve ocorrida em 2013, organizada pelo sindicato dos professores (SEPE), tomada como um fato histórico nos permite uma reflexão sobre o processo de organização dos professores e professoras no Rio de Janeiro e as ações elencadas por eles ao longo da história. Nesse aspecto, este texto visa responder, se no contexto da Primeira República, as mulheres, professoras unidas, organizadas, debatendo as suas condições coletivamente teriam potencializado as possibilidades de atuarem nas “frestas”¹.

Até que ponto as associações femininas contribuíram para “elevar o nível moral e intelectual” de suas associadas? Qual a intencionalidade de pautarem a organização, inclusive de trabalhadoras, a partir do recorte de gênero? São questões que não possuem uma resposta exata, mas que encaminham, direcionam e contribuem para a reflexão sobre esse recorte temático na elaboração da identidade docente, do fazer-se da profissão, que majoritariamente, a partir do século XIX, passou a ser dominado pelo universo feminino, domínio em relação ao “número” de professoras, comparado aos homens, mas que não possui a mesma expressão quando se refere aos ganhos salariais, como observado naquele contexto.

Em 1913, o Conselho Municipal colocou em pauta um projeto que visava taxar os vencimentos das professoras em relação ao que recebiam os professores. A professora Áurea

¹ Termo usado pelo Grupo Feminino de Estudos Sociais no “Manifesto à mulher brasileira”, publicado no jornal *Voz do Povo* em 07 de fevereiro de 1920, p.1.

Correa de Martinez², a partir do jornal *Correio da Manhã*, contestou a decisão daquilo que considerou um “Projeto Absurdo”. A publicação da professora expôs o contexto da mulher naquele momento, vista como dependente do homem ou marido, mas que, segundo a articulista, se tornava professora não apenas por vocação, mas também por necessidade. Segundo ela, a “maioria das professoras, casadas ou não, tem a seu cargo os deveres da família” que, se ficasse apenas sob a responsabilidade dos homens, resultaria no “mais tremendo dos desastres financeiros”. A professora ainda questionava quais as

Causas determinarão a desvalorização do trabalho da mulher no ensino primário, quando um rápido exame da estatística escolar, uma ligeira observação sobre os resultados deixam à satisfação colher dados que demonstram o trabalho eficaz assíduo, zeloso e inteligente da professora nos misteres do seu cargo? (CORREIO DA MANHÃ, 07 de maio de 1913, p.3).

Por fim, fez questão de frisar que o projeto era “ridículo e incoerente” por querer aumentar apenas os vencimentos dos homens, principalmente pelo fato de as responsabilidades do cargo ser “incontestavelmente as mesmas”, além das mulheres terem dado provas de “incomparável aptidão pedagógica”.

Esses casos demonstram as dificuldades e os desafios enfrentados pelas mulheres professoras e, em certa medida, ajudam a compreender os motivos de organização por parte das mesmas em associações que buscassem a sua “emancipação”. A desigualdade salarial, presente até os dias atuais, foi um dos debates enfrentados pelas mulheres. A estrutura social naturalizava essa questão, ao ponto de o discurso sobre a má remuneração relacionada ao gênero feminino ser propagado inclusive pelos governantes, como podemos perceber na mensagem do prefeito do Distrito Federal, Rivadávia Corrêa, lida na sessão do Conselho Municipal, em abril de 1916:

A revisão dos vencimentos é uma providência que se impõe, pois a qualquer espírito desprevenido que atentar no que percebem os docentes municipais, não pode deixar de causar admiração o seu exagero, notadamente, se considerar que o elemento feminino é o que, aliás justamente, prepondera no magistério municipal e **em geral as professoras não têm, como os homens, tão imperiosas responsabilidades de família** (A.B.C.; 8 de abril, 1916, p.8) [Grifos nossos].

² Poetisa e professora primária do Distrito Federal. Foi colaboradora da Gazeta de Notícias, entre 1909 e 1912 e na revista *O Magistério*. Atuou como professora pública primária até o ano de 1915. Em 1910, foi indicada como presidente do Centro Civilista de Senhoras, onde participava da campanha de Rui Barbosa para a presidência da República. Em 1912, constava como membro do Comitê de Propaganda Socialista, em lista publicada na Gazeta de Notícias UEKANE, *op. cit.*, p. 160.

No ano de 1916, discutia-se a criação de um Código Civil Brasileiro. A fala do prefeito do Distrito Federal, Rivadávia Corrêa, refletia, em relação às professoras, o que foi estabelecido como obrigação, pois a mulher necessitava de uma autorização prévia do marido para exercer uma ocupação. Como consequência o regulamento das escolas públicas do Distrito Federal exigia “das candidatas ao magistério uma autorização por escrito do marido para exercerem o ofício. Quanto às divorciadas, deveriam apresentar a sentença do divórcio” (ARAÚJO, 1993, p. 65).

Como demonstra Glaucia Fraccaro (2016), no ano de 1920, havia uma diferença salarial marcada pela desigualdade de gênero, tanto entre homens e mulheres, quanto, no caso do trabalho infantil, entre meninos e meninas. Em relação aos homens, o salário das mulheres chegava a uma diferença de 43% no setor têxtil, 74% no ramo de alimentação e 84% no ramo de confecções. Essa diferença permanecia em relação às meninas, no setor têxtil -1,1%, alimentação 7,88% e confecções 15, 35% (IDEM, p.25). A autora enfatiza a segmentação por sexo no mercado de trabalho brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Naquele contexto, as mulheres rurais e urbanas exerciam atividades remuneradas juntamente com as obrigações domésticas, com rendimentos mais baixos. Enquanto isso, os postos mais qualificados, “que requeriam maior instrução era ocupado por homens, ainda que se verifique uma absorção crescente delas tanto na educação, quanto na força de trabalho em geral” (IBIDEM, p. 27).

O debate sobre a remuneração e a ocupação das mulheres no serviço público continuou por muitos anos. Em trabalho intitulado *Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940)*, Jamilly Nicácio Nicolete e Jane Soares de Almeida (2017), demonstram a partir de vestígios da imprensa, entre várias temáticas, uma notícia de 1940, publicada na revista *Formação*, em que um grupo de “bacharelados da faculdade de direito de Niterói” encaminha um abaixo assinado ao Getúlio Vargas, denominado “a mulher e o serviço público”. Os estudantes de direito

Afirmavam que a independência econômica daria às mulheres uma situação de liberdade que as poderia iludir e as acovardar perante os encargos do matrimônio, bem como as faria querer limitar, senão eliminar o número de filhos. As solteiras poderiam se sentir felizes com a liberdade e a autonomia financeira conseguida por uma profissão e, por isso, rejeitariam o casamento. O mesmo não se daria com os homens que, assim que resolviam sua situação econômica, sonhavam em casar-se. (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p. 215).

O trecho acima evidencia como, em 1940, o discurso dos homens ainda orbitava no receio sobre os espaços que as mulheres poderiam ocupar. A disputa pela manutenção da estrutura intencionava a permanência dos próprios privilégios, inclusive o de ocupar determinados cargos. O discurso moralista e patriarcal era elencado, portanto, neste sentido.

O caminhar da profissão docente e principalmente das mulheres, ao longo da história, foi feito de enfrentamentos e desafios que, de uma maneira ou de outra, envolveu a necessidade de rompimentos. Fosse através de ações simples, cotidianas, propondo-se a realizar algo que era considerado fora dos padrões morais³, até questões mais elaboradas, envolvendo, por exemplo, o debate sobre a participação política. Independente das escalas e dimensões de suas ações, as mulheres sofriam o peso de uma estrutura social machista sobre os seus ombros. Machismo que pode ser resumido:

Na representação coletiva do culto da virilidade que se expressa nas relações interpessoais, ora através da ideia da superioridade física e mental masculina, ora na excessiva agressividade do homem traduzida em violências físicas ou verbais ou mesmo na prática do autoritarismo e dominação em relação à mulher. (ARAÚJO, 1993, p.55).

Esta estrutura impôs às mulheres a obrigação com algumas funções que passaram a ser tratadas como naturalmente obrigações suas, como o cuidado com a família no espaço doméstico, do lar. Rosa Maria Barboza de Araújo (1993) ao destacar a construção da família no Rio de Janeiro republicano, comprova como havia uma complexidade na definição de família que, não necessariamente, seguia as regras do modelo burguês idealizado⁴. A autora trata do processo de socialização da mulher em quatro perspectivas: direito, educação, trabalho e lazer. Diz ainda que, apesar das diferenças de classe, havia alguns pontos em comum entre todas as mulheres, como por exemplo, a função de reprodutora. No entanto, em outros aspectos, ser mulher pertencente à classe trabalhadora incorria em diferentes relações com o marido e conseqüentemente na família.

Por mais que “a ideologia burguesa intentava mantê-las confinadas no espaço doméstico e essa domesticidade era desejada e mantida a todo o custo” (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p.210), essa construção de um ideal de família burguesa exigia, em certa

³ Normas que definiam que as mulheres deveriam andar sempre acompanhadas nos espaços públicos e condicionava, sob a acusação de imoralidade, sua convivência no espaço privado. Esse condicionamento era garantido pelas punições jurídicas estabelecidas sobre as mulheres que rompiam com essas normas. Sobre isso ver: ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁴ Família constituída através da união pelo sacramento do casamento, tendo somente filhos legítimos, frutos do matrimônio, exercendo, a mulher, a função de cuidadora do lar, restrita ao espaço doméstico.

medida, uma condição material para que se efetivasse. Como destacado por Sidney Chalhoub (2012) no livro *Trabalho, Lar e Botequim*, manter a mulher no espaço privado, por exemplo, implicava nas condições financeiras do marido. No caso das mulheres pobres, muitas “conseguiram sobreviver exclusivamente daquilo que conseguiam obter com seu trabalho” e “essa possibilidade de arrumar trabalho com alguma facilidade colocava a mulher pobre em posição de relativa independência em relação ao seu homem (CHALHOUB, 2012, p. 203)”. O espaço determinado como privado possuía outra roupagem em lugares em que era comum abrigar parentes e amigos por necessidade financeira. Sem considerar que a necessidade da mulher trabalhar equilibrava, do ponto de vista econômico, a relação com o homem, ou, no mínimo, distanciava-se do modelo dominante proposto. Para o autor, este enfoque predominante sobre as relações familiares ocorre pela dificuldade de perceber o “real significado do termo “família” para os homens e mulheres em questão”, que possuíam como práticas o envolvimento “em redes de solidariedade e ajuda mútua tão extensas, variadas e íntimas que se tornou impossível, em diversas situações concretas, estabelecer os limites entre as redes de solidariedade dita ‘familiar’ e as de outro tipo” (CHALHOUB, 2012, p. 175).

Apesar dessa discriminação sobre as mulheres, a presença feminina era predominante em algumas profissões, no caso da atuação docente no ensino primário, por exemplo, decorrente da “feminização do magistério⁵”. A ocupação das mulheres no magistério foi fruto de um longo processo, que se iniciou no século XIX e teve um acirramento nas primeiras décadas do século XX, graças a diversos protestos femininos desencadeados pela luta em busca de direitos. No entanto, a estrutura patriarcal manteve-se hegemônica à custa, principalmente, do “enfoque naturalista” que limitava as mulheres à condição de mãe e, conseqüentemente, capazes de desempenhar unicamente o cuidado do lar. O questionamento desta estrutura se deu também a partir da imprensa, não apenas no Brasil, o que permitiu avanços na situação feminina, particularmente nas esferas intelectualizadas e de melhor poder aquisitivo (NICOLETE; ALMEIDA, 2017).

Neste aspecto, pode-se considerar que as contestações, por parte das mulheres, em diversos lugares do mundo, causaram uma fissura na estrutura até então predominante, que foi aproveitada através da ocupação do magistério, que:

⁵ A historiografia da educação aponta para uma mudança da ocupação do trabalho docente, que deixa de ser predominantemente dominado pelos homens, principalmente o ensino primário, e a partir do século XIX passa a contar com ampla participação feminina.

Representou uma das escassas oportunidades profissionais para as mulheres. O fato de não terem amplo acesso às demais profissões fez da docência a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade no trabalho do lar (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p.209).

É perceptível na História da Educação a desqualificação, por parte do poder público, em relação às demandas educacionais, o que era agravado se essas demandas e ações partissem de mulheres⁶:

Tem suado as estopinhas o novo administrador do município! Também, graças a sua atividade, parece que duas obras relevantes apanhará desta vez o desprezado Distrito Federal: não ficará capim nas sarjetas e no aprazível bairro da Tijuca será criada mais uma escola para meninas. A criação dessa escola tem dado água pelo bigode do infatigável coronel: mal circulou a boa nova do estabelecimento de mais uma cadeira, a Prefeitura encheu-se de senhoras que disputavam ou a regência da escola ou o cargo de adjunta. O Haussmann viu-se tonto: verificou que as professoras sem emprego eram tão abundantes como a beldroega das sarjetas. E que pessoal aquele! **Candidatos masculinos são suportáveis, por mais terríveis que sejam. Mas femininos Santa Barbara! Vão desde a lábia de uns modos feiticeiros até a exigência mais absoluta e a descompostura de tome-lá-que-te-dou-eu. Professora não é brinquedo** (O MALHO, 18 de outubro de 1902, p.6, grifos nossos).

O trecho acima esboça uma representação em torno das mulheres professoras a respeito de uma visão estereotipada e pejorativa. Mesmo assim, aponta para a questão do desemprego feminino e possíveis modos mobilizados pelas mulheres para conquistar um cargo. Repare que a notícia deixa implícito que essas práticas eram um hábito comum, inclusive entre os homens “por mais terríveis que sejam”. O destaque para a questão do gênero, na verdade, não desqualifica as “disputas pela regência”. Entre os “candidatos masculinos”, isso era “suportável”, a questão era o uso feito pelas mulheres.

“Professora não é brinquedo” e ocupava também os espaços fora da sala de aula. Nesse aspecto, elencamos o surgimento, em 1920, do Grupo Feminino de Estudos Sociais, que tinha como proposta a emancipação das mulheres brasileiras. O grupo em questão possuía, entre os membros, professoras que propagavam os ideais anarquistas e socialistas, e estavam em constante diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras.

⁶ Fabiana Munhoz problematiza a ideia construída de que a docência era a opção mais adequada ao sexo feminino. Em seu trabalho, identifica a presença considerável de mulheres trabalhadoras em outros ofícios. Ver: MUNHOZ, Fabiana G. *Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade na trama de experiências docentes (1820-1860)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação). USP, São Paulo.

O Grupo Feminino de Estudos Sociais

No início dos anos 1920, um grupo de mulheres, composto por Maria de Lourdes Nogueira⁷, Thereza Escobar⁸, Elisa Gonçalves⁹, Waldemira Fernandes¹⁰, Elvira Fernandes¹¹, Rosa Leal¹² e Analia da Costa Nery¹³, distribuiu pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, um boletim intitulado “Um manifesto à mulher brasileira”. O conteúdo produzido pelo “Grupo Feminino de Estudos Sociais” foi publicado, um dia após a distribuição, pelo Jornal *Voz do Povo*, que era o “Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral”¹⁴.

De acordo Laura Maciel (2016) o impresso teve o apoio de pelo menos sete associações de trabalhadores: têxteis, construção civil, culinários, padeiros, transportes terrestres e marítimos, metalúrgicos entre outras. O jornal possuía suas próprias oficinas, e visava estender sua ação “até o interior das fábricas, oficinas e outros centros proletários”. A aproximação com “a vida dos trabalhadores” era notória, principalmente com o intuito de servir de contraponto ao discurso sobre os fatos ocorridos na conturbada década de 1920. Assim, poderia tornar conhecidos “todos os fatos, desde os mais comuns”, ocorridos no chão

⁷ Professora e anarco-comunista. Escreveu em jornais e revistas. Participou também da fundação da Liga Comunista Feminina (1919). Lecionou em escolas de orientação libertária e escreveu poemas. Fonte: MARTINS, Angela Maria Roberti. A (in)visibilidade de Maria de Lourdes Nogueira: mulher, militante, libertária. In: *Emecê*, Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano IV. No 12. Junho de 2009.

⁸ Defensora de ideias socialistas editava o jornal *Clarté*, com Evaristo de Moraes, Pontes de Miranda e Maurício de Lacerda. No Brasil, o Grupo Clarté fez publicar em 1921, o jornal de mesmo nome, cuja linha editorial condenava o fascismo italiano, o nacionalismo argentino e a exclusão de políticos socialistas. Fonte: SCHUMAHER, Schuma.BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de até a atualidade biográfico e ilustrado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁹ Compôs a comissão executiva da Liga Feminista Brasileira, em ocasião de sua fundação, em 1919; foi secretária da Liga Comunista Feminina. Não temos informações sobre sua profissão.

¹⁰ Foi secretária da Liga Comunista Feminina e compunha a comissão executiva da Liga Feminista Brasileira, ambas fundadas em 1919. Fez parte, também, de uma das comissões de angariação de fundos do Centro Feminino de Estudos Sociais. É citada em reunião do Núcleo Feminino (1920) e em festival organizado pelo Partido Comunista. Fontes: BANDEIRA, Moniz. *op. cit.*. A Razão, *Voz do Povo*.

¹¹ Teve participação em atividades do Núcleo Feminino, fundado em 1920, que tinha como objetivo amparar os filhos de operários. Também é citada por Bandeira & Melo (1967, p. 165) como participante de um festival organizado pelo Partido Comunista do Brasil, no qual recitou “versos e fábulas raras”, ao lado de Otávio Brandão, Waldemira Fernandes e outros; Dr. Fábio Luz seria o conferencista do evento. Fonte: *Idem*.

¹² Integrou o Centro Feminino de Estudos Sociais e compôs a comissão executiva da Liga Feminina Brasileira, fundada em 1919. Foi, ainda, tesoureira da Liga Comunista Feminina e figura como uma das presentes em reunião que objetivava instalar o Núcleo Feminino, que deveria apoiar os filhos desamparados de operários. Fonte: A Razão, *Voz do Povo*.

¹³ Integrou o Centro Feminino de Estudos Sociais. Seu nome aparece apenas em duas ocorrências no jornal *Voz do Povo*, vinculado a “rateios” e “cotização”, compondo comissões para angariar fundos para auxílio aos operários.

¹⁴ *Voz do Povo*, n. 2. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do proletariado em geral, ano I de 6 de fevereiro de 1920. Jornal diário, dirigido inicialmente pelo gráfico e anarquista Carlos Dias, substituído por Afonso Schmidt, tinha redação e administração na rua da Constituição, 12.

da fábrica e nos sindicatos. *Voz do Povo* oferecia ainda “a documentação quanto possível exata e completa, embora resumida” dos movimentos do proletariado internacional que “são sempre naturalmente e necessariamente incompletíssimas, deturpadas e atenuadas” pelas informações telegráficas e pela imprensa burguesa (MACIEL, 2016, p. 435). Pelos teores publicados, sempre em tom de denuncia, o jornal foi sendo cada vez mais vigiado e sofrendo represálias, em forma de prisões de seus redatores e recolhimento de exemplares, até que a Federação Operária do Rio de Janeiro viu-se obrigada a encerrar a sua publicação (SODRÉ, 1999, p.321).

A publicação no periódico em questão pode ser entendida a partir da relação das mulheres que compunham o “Grupo Feminino de Estudos Sociais” com as diversas associações de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro e com os próprios redatores do jornal, muitos anarquistas e socialistas, o que remete aos ideais propagados também pelas mulheres do grupo. Além do “boletim” distribuído pelas ruas da cidade, o alcance da imprensa daria outra dimensão ao “manifesto às mulheres”. Afinal, como destacou Laura Maciel (2016), a imprensa serviu de suporte para uma “propaganda organizada e metódica uma estratégia de luta prioritária definida por sindicatos, ligas e sociedades de resistência criada por trabalhadores no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX” (MACIEL, 2016, p.418).

A criação de jornais e revistas era algo comum entre as organizações. Esta prática cumpria a função de divulgação de suas ações e propagação de seus ideais. Práticas que também foram utilizadas por organizações docentes. Não encontramos nenhum periódico criado pelo “Grupo Feminino de Estudos Sociais”, mas acreditamos que a articulação com a imprensa já existente, foi uma estratégia utilizada para viabilizar a publicação dos seus escritos, o que possibilitaria atingir um público mais amplo. Do mesmo modo, usaram também de estratégias comuns as associações docentes, como por exemplo, a prática de ministrar conferências em diversas sedes de associações de trabalhadores.

O grupo havia sido fundado no dia 22 de janeiro de 1920 com o intuito de “agremiar todas as mulheres emancipadas do Brasil”. Dizia ainda o “manifesto” da intenção de combater as diversas formas de “escravidão” a que as mulheres estavam sujeitas, a “escravidão” econômica, moral e jurídica que asfixiava e degradava o sexo feminino (VOZ DO POVO, 07 de fevereiro de 1920, p.1).

Aqui destacamos a relevância do uso da imprensa por parte das mulheres no sentido de incluir no debate uma pauta que significava um embate mais amplo, que envolvia uma

estrutura social que sujeitava as mulheres a determinadas condições. Ao escancarar os pontos que o “Grupo” pretendia romper, expunham também as entranhas daquela sociedade. A publicação em si age como uma denúncia, criando a possibilidade, a partir da imprensa, daquilo que Laura Maciel (2016) definiu como a “criação de uma esfera pública diferenciada”. Segundo a autora, a palavra impressa serviu de arma para combater os “valores burgueses” que se pretendiam universais, entre eles podemos considerar a construção burguesa sobre o papel da mulher. Neste aspecto, a imprensa, sob a perspectiva dos trabalhadores, atuava no sentido de “intervir na redefinição da agenda política da cidade e, também, de enfrentar, com todos os seus limites e percalços, lutas diversas contra a opressão” (MACIEL, 2016, p. 422).

O texto da publicação, como um vestígio histórico, aponta algumas questões interessantes. Em primeiro lugar, tratava-se de uma “associação” de mulheres, em torno de demandas que emergiam das condições vivenciadas por elas na época.

O Grupo Feminino de Estudos Sociais, fundado nesta capital em 22 de janeiro de 1920, propõem-se a agremiar todas as mulheres emancipadas do Brasil, a fim de combater sistemática e eficazmente a escravidão clerical, a escravidão econômica, a escravidão moral e a escravidão jurídica que asfixiam, degradam e aviltam o sexo feminino. O Grupo estudará com carinho e debaterá com ardor os palpitantes problemas da questão social e procurará elevar, por meio de conferências, congressos, escolas e cursos de ciências e artes o nível intelectual e moral de suas associadas, para que se abra assim na muralha negra, tenebrosa e compacta da rotina do egoísmo, da ignorância e da hipocrisia, de todos os preconceitos e de todas as opressões, uma brecha, uma fresta, uma frincha por onde livremente irradie um pouco de vida e ideal. O grupo aceitará como sócias todas as mulheres dignas, sem diferenças de raça, nacionalidade, crença ou profissão, desde que estejam de acordo com os princípios acima fixados e que mensalmente paguem, sem sacrifício, a quota mínima de 1\$000. Reunir-se-á o Grupo quinzenalmente em assembleia geral, que terá as suas resoluções efetivadas por uma comissão executiva, que durará um semestre e compor-se-á de duas secretárias e uma tesoureira (VOZ DO POVO, 07 de fevereiro de 1920, p.1).

O ato associativo remete a uma “ação”, um modo de agir coletivo, que visa potencializar a conquista de certas demandas que se sobrepõem ao individual. Este aspecto propicia inferir sobre a ideia de circularidade dessas mulheres e o alcance que tiveram em termos de adeptos em sua empreitada. Do mesmo modo, houve também quem resistisse às propostas e ao discurso propagado por certos grupos feministas. Esta complexidade refere-se à disputa sobre o próprio termo “feminismo”. Como aponta Lericé Garzoni (2012):

O significado do termo feminismo, que passou a ser usado como bandeira de luta e de articulação de grupos brasileiros a partir do final da década de

1910, também foi objeto de disputa nesse processo. Tendo em vista algumas das interpretações historiográficas sobre o movimento feminista no Brasil, um episódio como o da enquete sobre o divórcio poderia ter diferentes interpretações. Por um lado, segundo uma perspectiva que destacou as sucessivas conquistas do feminismo, ele poderia ser visto como uma manifestação de mais uma etapa rumo a ideais igualitários, o que havia sido iniciado pelas editoras de jornais emancipacionistas da segunda metade do século XIX e concluído, ao menos em uma “primeira onda” do feminismo brasileiro, com a aprovação do direito ao voto feminino em 1932 (GARZONI, 2012, p.24).

A autora, ao retratar escritos de mulheres nos jornais, diz que, num primeiro momento, imagina-se que os escritos referentes às mulheres diziam respeito predominantemente ao espaço privado, quanto os homens direcionavam-se ao espaço público. No caso das ligas femininas encontradas em nossa pesquisa, nota-se o debate público e político, sobre o papel e a participação das mulheres, elencados por homens e mulheres. Interessa-nos ainda mais o fato da presença de uma professora¹⁵, no “Grupo Feminino de Estudos Sociais”. A nosso ver, entender esses espaços como uma possibilidade de atuação docente feminina para além do espaço escolar contribui para pensar a própria construção da identidade docente, fortemente marcada pela questão do gênero.

As disputas na imprensa pelo termo “feminismo” eram dadas de forma a contrapor este substantivo com a “feminilidade”. Ou seja, usava-se uma construção narrativa que transformava o termo em algo pejorativo, o que poderia causar um desconforto às mulheres que se relacionavam com qualquer coisa que remetesse ao feminismo. Afinal, “feminilidade” era uma “qualidade” muito cara a todas as mulheres e o “feminismo” acabava criando um desequilíbrio social (NICOLETE; ALMEIDA, 2017). Era preciso, para essas “novas mulheres” uma educação adequada que as preparasse para os cuidados do lar, e ao mesmo tempo, possibilitasse sua inserção profissional. No entanto, “não foram poucos os que se opuseram ferozmente à ideia de mulheres instruídas e profissionalizadas, principalmente os pertencentes ao catolicismo ultraconservador que via na ascensão feminina à instrução, uma ameaça” (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p. 212).

Como já foi destacado, não é novidade para a História da Educação a predominância feminina na profissão docente, mas o interesse aqui exposto é apontar a atuação dessas mulheres professoras para além dos “muros da escola”. Vislumbramos, a partir dos indícios encontrados, um diálogo de mulheres, organizadas em grupos femininos de cunho político, para além dos movimentos docentes, mas também articulado com eles, que, ao tratar de suas

¹⁵ Trata-se de Maria de Lourdes Nogueira, única integrante que encontramos a informação de que era professora.

condições, projetavam um futuro, num processo que envolvia romper, não apenas com as “prisões” impostas, como destacado por elas, mas também com os ideais de sociedade que eram reproduzidos de forma “natural” pelos sujeitos. Sem incorrer em exagero, sugerimos que certas práticas, pelo menos do ponto de vista do discurso propagado, visavam a um processo conscientemente “educativo”, já que o Grupo Feminino procurava elevar, “por meio de conferências, congressos, escolas e cursos de ciências e artes o nível intelectual e moral de suas associadas” (VOZ DO POVO, 07 de fevereiro de 1920, p.1).

A publicação no jornal em questão pode ser entendida como uma tentativa de aproximação com determinados setores da população, que também possuíam um número elevado de mulheres. Percebe-se no “manifesto” que as mulheres não são pensadas de forma genérica, descoladas dos grupos sociais a que pertenciam. O texto faz alusão a grupos específicos que pretendiam alcançar:

Professoras, funcionárias, costureiras, floristas, operárias em fábricas e “ateliers”, trabalhadoras em artes domésticas: Vinde, vinde até nós, que sereis jubilosa e fraternamente acolhidas! (VOZ DO POVO, 07 de fevereiro de 1920, p.1).

Notamos expostos os possíveis lugares que as mulheres ocupavam no período, funções historicamente consagradas às mulheres, a exemplo das “trabalhadoras em artes domésticas”, mas também “operárias em fábricas”. As ocupações das mulheres, possivelmente, era um fator que envolvia uma diferenciação nas relações e espaços de possibilidade de rompimento com certos preceitos estabelecidos pela estrutura patriarcal. Chalhoub (2012) considera que no caso da “mulher pobre o trabalho remunerado é um aspecto essencial de sua identidade social” (CHALHOUB, 2012, p. 207). O autor aponta que a necessidade do trabalho remunerado feminino, no caso da classe trabalhadora, e sua valorização condicionavam as formas que os sujeitos assumiam em relação a vários aspectos, inclusive na relação homem-mulher. Neste caso, “o rompimento de uma relação era visto pelo homem pobre como uma desarticulação de seu modo de vida, com o agravamento imediato de seus problemas de sobrevivência” (CHALHOUB, 2012, p. 228).

É notório que havia uma estrutura que condicionava e definia o papel da mulher, de forma excludente e opressora, tecida a partir do discurso que definia, inclusive moralmente, como a mulher deveria agir, qual a função e o espaço destinado a ela. Neste último caso, como destaca Martha Abreu (1989) no início do século XX, a rua “era pouco visitada pela

mulher higienizada” e “desde criança, essa mulher tinha o seu lazer condicionado ao espaço único da casa em que morava” (ABREU, 1989, p. 43).

Por outro lado, a sociedade era composta por classes sociais que também atuavam sobre os indivíduos, mulheres e homens, mas que, paradoxalmente, influenciava nas condições de agir das mulheres em diferentes grupos. A vida burguesa possibilitava a mulher letrada o acesso a determinadas temáticas e condições. No entanto, era forçada a se manter no padrão moral construído como representante da mulher ideal, do lar. No caso das mulheres pobres, trabalhadoras, as condições materiais de existência, a necessidade de sobrevivência, e o pertencimento de classe impunham diferentes padrões sobre as relações de gênero, o que não significa que elas também não estivessem propensas à normatização estabelecida. O que quero destacar é que havia uma distinção que ocorria pelo gênero, mas não apenas, havia também a questão da classe.

Neste sentido, é necessário distinguir as diversas instâncias de ocupação da profissão docente. Se tomarmos os professores primários, teremos, no período tratado, uma determinada composição que se destacará nesse meio, ou seja, a predominância feminina. Por outro lado, referir-se aos professores do ensino secundário, envolverá outros grupos e perfis de sujeitos inseridos nesses espaços. Isso quer dizer que a profissão docente não é algo homogêneo.

É inegável que “o ser professor ou professora” estava imbricado, pelo menos no segmento do ensino primário, com o “ser mulher”. Como já apontado, a predominância feminina neste setor deixou marcas e pode ter influenciado a formação de uma identidade docente marcada pelo estabelecimento sobre a profissão de um controle moral, a ideia de vocação, a noção de cuidado com o outro e o entendimento da profissão enquanto missão. Essa narrativa, que simboliza uma representação da profissão docente, foi apropriada pelo próprio “Grupo Feminino de Estudos Sociais”, que ao mesmo tempo em que conclamava a “emancipação feminina” utilizava de termos narrativos que pertenciam à estrutura dominante a que estavam sujeitas, por exemplo, ao dizerem para que “as mulheres dignas e honestas se reúnam, se agrupem, se fortaleçam e por todos os meios combatam as causas que abastardam a mulher, arruinando a sociedade” (VOZ DO POVO, 07 de fevereiro de 1920, p.1).

A adjetivação da mulher como “digna” e “honestas” compõe uma seleção pautada em padrões da moralidade. Qual o critério para definir se a mulher seria “digna e honesta”? Naquele contexto, entre a população feminina, este era um valor importante. Apesar de considerarmos um valor conservador, poderia ser uma forma de o grupo angariar legitimidade no interior daquela sociedade. Afinal, podemos imaginar que participar de movimentos

contestatórios significava uma ruptura, por isso a necessidade de insistir na dignidade se relacionava com credibilidade e com as conformações de gênero daquele momento histórico. Por mais que pregasse rompimentos, o Grupo também fazia parte dessa estrutura, e neste aspecto, reproduzia uma linguagem proveniente desse contexto, como afirma Certeau (2014) ao sinalizar que “os usuários dos códigos sociais os transformam em metáforas e elipses (...) e a ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras” (CERTEAU, 2014, p. 48).

Para o “Grupo”, a associação das mulheres representaria, “uma brecha, uma fresta, uma fincha por onde livremente irradie um pouco de vida e ideal”. Assim, propagando atuar nas “frestas”, o grupo aceitava como sócias:

todas as mulheres dignas, sem diferenças de raça, nacionalidade, crença ou profissão, desde que estejam de acordo com os princípios acima fixados e que mensalmente paguem, sem sacrifício, a quota mínima de 1\$000. Reunir-se-á o Grupo quinzenalmente em assembleia geral, que terá as suas resoluções efetivadas por uma comissão executiva, que durará um semestre e compor-se-á de duas secretárias e uma tesoureira (VOZ DO POVO, 07 de fevereiro de 1920, p.1).

Os indícios sobre o Grupo Feminino de Estudos Sociais não indicam a existência de um local específico que poderia ser entendido como sendo a sua sede. Por outro lado, podemos perceber uma circularidade entre outras associações, o que nos faz inferir ter ocorrido um diálogo ou relação entre esses grupos. Havia a intenção do Grupo em manter práticas de propagação de ideias que visavam uma questão educativa, como conferências, etc, além da menção às diferentes categorias de trabalhadoras, “professoras, operárias” dentre outras. É notório que houve uma experiência em relação à prática dos sujeitos frequentarem diferentes associações. No caso da classe trabalhadora, isso poderia aproximar as diferentes categorias em prol de um debate amplo no que tangia às questões mais gerais que beneficiassem a todos. No debate onde se colocava a “emancipação” da mulher, era visível a necessidade de ampliar essa discussão para uma diversidade de mulheres, neste caso, as associações funcionariam como espaços de aglutinação das mulheres, e, o Grupo Feminino de Estudos Sociais aproveitava-se desses lugares em suas práticas.

Podemos perceber isso nas menções encontradas na imprensa a diferentes locais de atividades, reuniões, conferências, debates e encontros onde à presença do Grupo Feminino era constante. Por exemplo, uma festa promovida pelo grupo “no salão da Associação Graphica, à Avenida Passos, 106” (VOZ DO POVO, 22 de fevereiro de 1920, p.1) ou a presença em assembleias no “Centro Cosmopolita” e na “Construção Civil” (VOZ DO

POVO, 12 de março de 1920, p.2). Consta ainda a presença do Grupo Feminino nas reuniões da “União em Fábrica de Tecidos” e “União Geral dos Metalúrgicos” (VOZ DO POVO, 16 de março de 1920, p.3). Há de se imaginar que as pessoas frequentavam determinados locais a partir de suas estruturas sociais, suas redes de sociabilidade e que, ao se colocar nesses espaços, houvesse um mínimo de adequação aos debates e ideais propagados, neste sentido incorporamos a ideia de diálogo.

A circulação do Grupo Feminino em diferentes espaços e associações de diversas categorias de trabalhadores são indícios da marcante presença feminina no mundo do trabalho, além de indicar sua participação nos espaços, debatendo questões públicas de seus interesses enquanto grupo social. Se, por um lado, uma historiografia tradicional apontava os limites de atuação e o papel definido socialmente para a atuação das mulheres, por outro, já há estudos que demonstram que as mulheres não estiveram alheias a determinados processos (FRACCARO, 2016).

É interessante observar o uso do termo “emancipação feminina” para justificar a organização das mulheres. Ou seja, era preciso oferecer um “ganho” que justificasse a organização e união dos sujeitos. Deste modo, o discurso propagado passava, inevitavelmente, pela ideia de um futuro melhor. Neste aspecto, acreditamos que o processo de organização é educativo, pois necessita afetar a subjetividade do sujeito que, em certa medida, é “influenciado” pela estrutura. Era necessário que houvesse a crença na transformação social pela organização, o desenvolvimento de um “inconsciente coletivo que animasse as forças psicológicas elementares, que são a consciência de si mesmo, o desejo de superar-se ou, ao contrário, o sentido coletivo, da sociabilidade etc.” (VOVELLE, 2004, p. 108).

No caso da profissão docente, perceber a aproximação e atuação política das professoras nas associações em geral nos remete a discutir o papel que as professoras assumiam, no que tange à atuação política, com um discurso claro da percepção do caráter educativo desses processos. Como citado acima, foram muitas as associações em que o Grupo Feminino de Estudos Sociais esteve presente, muitas as pautas em discussões e diferentes demandas em questão, entre elas, um discurso comum entre os trabalhadores e principalmente as trabalhadoras: a necessidade da união em associações de classe.

O debate pela organização das mulheres em associações

“Mulheres, associai-vos!”. Com esse apelo, logo no início da coluna publicada no jornal *A Razão*, no dia 21 de abril de 1919, o “Centro Cosmopolita”, “associação das

empregadas em hotéis, pensões, etc.” conclamava as mulheres a se organizarem, destacando o papel da mulher sujeita aos padrões impostos pela sociedade, fruto da “influência duma moral absurda, duma educação malificante que vos tem sido e é ministrada pelos agentes religiosos com o apoio absoluto do Estado”, fato que reduzia as mulheres a “uma simples abstração da vida social” (A RAZÃO, 21 de abril de 1919, p.6).

O texto, assinado pela “Comissão de Propaganda do C.C.”, para contrapor-se ao domínio moral estabelecido sobre as mulheres, calcado principalmente pelo viés religioso, apelava, como contraponto, pela racionalidade do discurso científico, que possibilitou o reconhecimento do “vosso lugar em todos os centros de atividade humana”.

Percebemos no texto uma argumentação da legitimação da importância da mulher na estrutura social, que em si já demonstra todo um esforço de convencimento da necessidade de empoderamento feminino¹⁶ frente a uma estrutura que “naturalizava”, a partir de uma mentalidade religiosa e moral, a mulher como frágil, incapaz e dependente do homem. Neste sentido, consideramos que essas ações em relação à busca pelo convencimento da participação política e a circulação de determinados debates, assim como a presença das professoras em diferentes esferas de trato com o público pode ser entendida como uma função que também educava, no sentido de construir uma visão contra hegemônica, da possibilidade de ser mulher, de estabelecer outras práticas, outras vivências. No entanto, notamos a relação feita pelo Centro Cosmopolita entre gênero e classe. A publicação diz que até “já se cogita nos países considerados mais civilizados, criar um feminismo político”, que seria uma parte importante para a emancipação das mulheres da questão moral já citada acima. Porém, as mulheres, “como proletárias que sois, e que estais sujeitas, portanto, ao regime de salário” precisavam “alugar” sua força de trabalho, neste aspecto, a “emancipação política” seria limitada “enquanto perdurar a escravidão econômica”.

A preocupação do Centro Cosmopolita com a associação das mulheres parece ter como pano de fundo a defesa dos direitos do operariado em geral, já que as mulheres e crianças concorreram com os homens ao “alugar” sua força de trabalho, à qual o patronato pagava um menor preço. De 1872 a 1950, houve uma redução das mulheres no trabalho assalariado nas fábricas, de 72% para 23%. Segundo Fraccaro (2016) um dos motivos dessa diminuição teria sido o Decreto do Trabalho das Mulheres, aprovado em 1932, que estabelecia igualdade salarial e licença maternidade, entre outras regulações, o que impunha

¹⁶ O termo “empoderamento feminino” remete aos debates atuais. Optamos por usá-lo como recurso narrativo para o melhor entendimento do leitor.

limitações ao emprego feminino e tornava atraente aos capitalistas a utilização da mão de obra masculina (FRACCARO, 2016, p. 19).

Em 1919, o Centro Cosmopolita acreditava que a organização em associações e a luta por direitos poderiam melhorar as condições das mulheres e dos trabalhadores em geral. Era nítido que a visão da publicação remetia à questão da classe e não apenas no recorte de gênero. O que nos parece, é que a intenção de toda a argumentação do Centro Cosmopolita, foi a de informar que a associação havia deliberado em suas assembleias acolher as mulheres como associadas. A publicação concluía apontando as vantagens de pertencer à associação, e algumas conquistas alcançadas pelos operários homens. É interessante perceber que, segundo essa publicação, a condição degradante de trabalho das mulheres acabava atingindo os trabalhadores homens, criando uma concorrência pela demanda e oferta de salários:

E se por ventura não quereis atender ao nosso apelo, se não quereis, apesar de tudo isso, associar-vos, a vossa condição moral, na vida social, cada vez será mais agravada pela pressão que o patronato será obrigado a fazer-vos, em consequência do despertar promissor que se vem notando, nos homens que trabalham nesta classe. Sereis obrigadas, dentro de pouco tempo, a trabalhar gratuitamente em serviços que hoje ainda estão ao cargo dos homens. Não nos importa que em dias não longínquos, sejamos substituídos por vós, entretanto não podemos concordar que essa concorrência seja feita, de modo a que a que venha prejudicar os ordenados que hoje percebemos. Devido a isso, é que o Centro apela para os vossos sentimentos de sociabilidade, tendo em vista preparar-vos para uma reação contra o estado de coisas. Vós, como nós, tendes a desfrutar um pouco de liberdade e bem estar. E como tendes direito precisais efetivá-lo, apoiando-vos na força consciente que deve nascer da vossa organização. Portanto, associai-vos se quereis ser livres! (A RAZÃO, 21 de abril de 1919, p.6).

A citação acima, além de demonstrar o que a historiografia sobre o mundo do trabalho já vem apontando há algum tempo, ou seja, que a *classe operária tem dois sexos* (SOUZA-LOBO, 1991), também reflete o contexto daquele período. Segundo Giselle Venancio (2001), “durante os anos 20, foi se firmando a legitimidade da intervenção do Estado no domínio do mercado de trabalho quando voltada para algumas questões específicas, entre elas a regulamentação do trabalho das mulheres” (p.190). No entanto, essa regulamentação trouxe consequências. Ao mesmo tempo em que criou mecanismos para as mulheres se defenderem da superexploração, fez encarecer a mão de obra feminina (VENANCIO, 2001, p.196). Por isso, o Centro Cosmopolita dizia às mulheres: “como tendes direito, precisais efetivá-lo”. Isso seria garantido, segundo seu entendimento, pela organização das mesmas.

Considerações finais

O contexto da década de 1920, período em que o Grupo Feminino de Estudos Sociais surgiu, evidenciava uma efervescência política e atuação de várias associações de trabalhadores. Não é raro encontrar nos jornais da época notícias de greves, manifestações contra a “carestia da vida”, debates que envolviam a classe trabalhadora, composta, também, por mulheres. Segundo Ângela de Castro Gomes (2005) “o espaço de tempo que decorre de 1919 a 1921 é usualmente apontado como o momento de declínio do movimento operário e do anarquismo, sobretudo no Rio de Janeiro” (GOMES, 2005, p.129). Mas, para a autora, “não se vivia um momento de decadência no movimento operário ou sindical” (Idem.). Houve, isso é destacado em seu trabalho, um aumento da repressão aos movimentos, principalmente às greves, o que ocasionou a prisão de vários militantes, inclusive de mulheres que participavam do Grupo Feminino.

Na historiografia que trata sobre o associativismo percebe-se uma tentativa de explicar os motivos que supostamente levam os sujeitos a se associarem, a interpretação dos movimentos de associação como mecanismos de atuação na esfera pública, e o entendimento da força que a reunião de indivíduos possa construir em termos de ganhos para os trabalhadores em relação à ação individual. Neste aspecto, consideramos que a criação de um Grupo Feminino de Estudos Sociais, dialoga, em termos interpretativos, com as perspectivas analíticas existentes que tratam das associações em geral.

Os indivíduos agem de acordo com suas possibilidades, portanto, pensar sobre as ações das mulheres professoras neste contexto é revelador das limitações de ações, do controle moral a que estavam sujeitas e da estrutura que, em certa medida, atuava sobre suas vivências por serem mulheres naquele contexto. Por outro lado, justamente por isso, é importante que se destaque as práticas e as ações dessas mulheres como formas de atuar nas “frestas”, construindo mecanismos possíveis de ação, articulando-se em redes de sociabilidade, usando de uma circularidade e elegendo todas as formas possíveis para se movimentar nessa estrutura. Assim, as experiências acumuladas nesse processo podem ter contribuído como aprendizagens nos modos de agir das mesmas.

Outra questão importante remete a pensar na elaboração da ideia de classe em relação aos professores. Os processos que alguns professores contribuem para se pensar a própria formação da profissão docente? Há uma complexa elaboração representativa sobre a profissão docente. Podemos entender nesses sujeitos como intelectuais, nos modos que os mesmos se

viam na sociedade, as inúmeras características e a diversidade dos que se ocuparam a posição de professor. É possível recortar o viés analítico pela interpretação da formação institucional, ou a atuação pela prática etc. São várias formas de se pensar esses sujeitos a partir da história da profissão docente.

Segundo Schueler (2005) havia uma complexa rede de relações elaboradas e vivenciadas pelos professores, que coletivamente se esforçaram, desde o século XIX, na tentativa de construir e afirmar identidades, que eram provisórias, fluidas e mutáveis, pois compunha um processo histórico. Para a autora “em meio às contradições, ambiguidades, diversas práticas e representações da profissão e múltiplas e multifacetadas experiências docentes” (SCHUELER, 2005, p. 381) os professores e professoras construíram e reconstruíram suas identidades, processo que representa uma característica do “fazer-se” dos professores e professoras. Os professores e professoras não debatiam apenas questões que envolviam diretamente a escola, mas envolveram-se com diversas “questões sociais e educacionais de seu tempo” (SCHUELER, 2005, p. 382).

A perspectiva escolhida neste trabalho envolve pensar a ideia de experiência, as relações de classe e gênero. Estes pontos estão articulados, a nosso ver, com a forma de agir dos professores e professoras, no que diz respeito ao que se potencializa e o que se limita a partir do lugar dos professores e professoras na estrutura social. Neste sentido, consideramos as práticas como formadoras dos sujeitos, portanto, educativas. Práticas que, não necessariamente, remetem à discussão e ao debate educacional *stricto sensu*. Ou seja, educa-se nos processos políticos, para além do debate escolar ou do espaço consagrado como lugar do ensino: a sala de aula. Nesse aspecto, a rua, a cidade, a imprensa, as relações são potencialmente formadoras de práticas, e, por isso, educativas.

REFERÊNCIAS

A RAZÃO. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=129054&pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de Fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CORREIO DA MANHÃ. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os Direitos das Mulheres**: Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937). Tese de Doutorado em História. Unicamp, 2016.

GARZONI, Leric de Castro. **Arena de combate**: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese (Doutorado em História Social), UNICAMP, Campinas, 2012.

GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista de História**. (São Paulo), n. 175, p. 415-448, jul-dez., 2016.

NICOLETE, Jamilly Nicácio; ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940). **Educar em Revista**, Curitiba, v.33, n. especial 2. p. 203-220, set. 2017.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte Imperial (1870-1880): o exemplo da Instrução Pública. **Educação e Pesquisa** (USP), São Paulo, v. 31, n.3, p. 379-390, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). **E.P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VOZ DO POVO. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720003&PagFis=0>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SOBRE OS AUTORES:**Marcelo Gomes da Silva**

Doutor em Educação, Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Ilhéus, Brasil; Departamento de Ciências da Educação (DCIE); membro integrante do Grupo de Pesquisa História Social da Educação – (UFF). E-mail: marcelogomes.dasilva@yahoo.com.br

 <http://orcid.org/0000-0001-8224-0152>

Claudia Alves

Pós-Doutora em Educação, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação (PPG-Educação – UFF); Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Social da Educação – (UFF). E-mail: cmcalves@yahoo.com

 <http://orcid.org/0000-0001-7172-5568>

Recebido em: 17 de março de 2019
Aprovado em: 19 de maio de 2019
Publicado em: 01 de janeiro de 2020